

FMFS – PARTICIPAÇÕES E EMPREENHIMENTOS LTDA.

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2019
acompanhadas do Relatório dos Auditores
Independentes

FMFS – PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018

Índice

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.....	03
Balanços patrimoniais	06
Demonstrações dos resultados	07
Demonstrações do resultado abrangente	08
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	09
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas	11

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Quotistas e Administradores da
FMFS – Participações e Empreendimentos Ltda.
São Paulo – SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da FMFS – Participações e Empreendimentos Ltda. (“Empresa”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião exceto pelo assunto mencionado no parágrafo “base para opinião com ressalva” as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da FMFS – Participações e Empreendimentos Ltda. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 12 às demonstrações contábeis a Empresa tem em seu passivo não circulante empréstimos com cláusulas que requerem o atingimento de certos índices financeiros periódicos. O não atingimento desses índices faz com que os seus pagamentos possam ser exigidos imediatamente. A Empresa não obteve a renúncia dos credores a esse direito advindo do não atingimento dos índices em 31 de dezembro de 2019. Dessa maneira o saldo desse empréstimo no valor de R\$ 18.295 mil na controladora e consolidado respectivamente deveria ter sido reclassificado para o passivo circulante em 31 de dezembro de 2019.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas estão descritas na seção a seguir intitulada: “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Empresa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Em 31 de maio de 2019 emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações contábeis da Empresa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.22, essas demonstrações contábeis foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir adequadamente a correção de erros identificados. Consequentemente nosso relatório de auditoria considera essas alterações e substitui o relatório anteriormente emitido. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto, uma vez que essa demonstração contábil e seus valores correspondentes ao exercício anterior foram ajustados de forma retrospectiva.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando divulgando quando aplicável os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas independentemente se causada por fraude ou erro planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso pela Administração da base contábil de continuidade operacional e com base nas evidências de auditoria obtidas se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito entre outros aspectos do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 01 de junho de 2020.

Pemom Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-031.056/O-2



Henrique Silva Premoli
Contador CRC 1SP-250.993/O-6

FMFS - PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	Nota	2019	2018 (Reapresentado)	2019	2018 (Reapresentado)
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	10.763	2.272	32.796	18.595
Conta a receber	6	-	-	26.311	23.637
Tributos a recuperar	7	240	82	15.813	8.912
Dividendos a receber	-	-	-	2.925	1.008
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	13	120
Partes relacionadas	8	-	-	269	553
Despesas a apropriar	-	-	-	-	275
Outros ativos	-	2	11	5.117	1.417
		11.005	2.365	83.244	54.517
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	-	1.587	-	12.851	3.163
Partes relacionadas	8	2.926	23.417	72.750	83.456
Depósitos judiciais	-	343	347	1.497	1.144
Despesas a apropriar	-	-	-	-	6.391
Outros ativos	-	-	-	10.415	1.626
Investimentos	9	66.557	59.435	62.796	49.337
Imobilizado	10	-	-	4.486	6.965
Ativo de direito de uso	-	-	-	3.028	-
Intangível	11	-	-	164.481	85.163
		71.413	83.199	332.304	237.245
Total do ativo		82.418	85.564	415.548	291.762

		Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	Nota	2019	2018	2019	2018
			(Reapresentado)		(Reapresentado)
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	20.783	21.474	33.850	28.882
Cessão de recebíveis imobiliários	13	-	-	26.185	17.442
Fornecedores	-	-	15	7.112	5.607
Salários e encargos a pagar	14	-	-	24.903	21.222
Tributos e contribuições a recolher	15	4	3	11.540	7.221
Obrigações com poder concedente	16	-	-	2.287	3.909
Outros passivos	-	-	-	3.220	98
Partes relacionadas	8	-	3.049	514	3.759
Passivo de arrendamento	-	-	-	948	-
		20.787	24.541	110.559	88.140
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	21.423	37.912	28.919	39.971
Cessão de recebíveis imobiliários	13	-	-	127.405	83.715
Obrigações com poder concedente	16	-	-	26.566	17.511
Partes relacionadas	8	29.218	6.065	5.026	8.236
Outros passivos	-	-	-	5.631	2.916
Dividendos a distribuir	-	-	-	2.576	2.384
Tributos e contribuições a recolher	15	-	-	6.775	8.776
Provisão para perdas com investimentos	9	126	126	-	-
Passivo de arrendamento	-	-	-	2.307	-
Provisão para demandas judiciais	17	-	-	3.270	3.546
		50.767	44.103	208.475	167.055
Patrimônio líquido					
Capital social	18	27.000	27.000	27.000	27.000
Lucros (Prejuízos) acumulados	-	(16.136)	(10.080)	(16.136)	(10.080)
		10.864	16.920	10.864	16.920
Participação dos não controladores	-	-	-	85.650	19.647
		-	-	96.514	36.567
Total do passivo e patrimônio líquido		82.418	85.564	415.548	291.762

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

FMFS - PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018 (Reapresentado)	2019	2018 (Reapresentado)
Receita líquida	19	-	-	296.801	285.464
Custo dos serviços prestados	20	-	-	(218.935)	(196.285)
Resultado bruto		-	-	77.866	89.179
Despesas administrativas e gerais	21	(988)	(1.196)	(46.774)	(37.987)
Outras receitas e despesas	22	(259)	272	11.488	12.868
Resultado de equivalência patrimonial	9	1.147	16.166	2.583	2.830
Resultado antes do resultado financeiro		(100)	15.242	45.163	66.890
Receitas financeiras	23	1.066	289	5.466	3.506
Despesas financeiras	23	(7.022)	(5.528)	(35.031)	(34.925)
Variação cambial líquida	23	-	-	(2.133)	3.238
Resultado financeiro		(5.956)	(5.239)	(31.698)	(28.181)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		(6.056)	10.003	13.465	38.709
Imposto de renda e contribuição social	24	-	-	(10.396)	(11.471)
Lucro líquido do exercício		(6.056)	10.003	3.069	27.238
Atribuível aos proprietários da controladora				(6.056)	10.003
Atribuível a participação dos não controladores				9.125	17.235
				3.069	27.238

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

FMFS - PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Capital social	Lucros (prejuízos) acumulados	Operações com quotistas	Patrimônio líquido da controladora	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Em 31 de dezembro de 2017	27.000	-	8.525	35.525	130	35.655
Lucro líquido do exercício	-	10.003	-	10.003	17.235	27.238
Operações com quotistas	-	(11.717)	(7.730)	(19.447)	-	(19.447)
Participação de não controladores (em controladas)	-	-	-	-	2.282	2.282
Em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	27.000	(1.714)	795	26.081	19.647	45.728
Ajuste de exercícios anteriores	-	(8.366)	(795)	(9.161)	-	(9.161)
Em 1º de janeiro de 2019	27.000	(10.080)	-	16.920	19.647	36.567
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	-	(6.056)	-	(6.056)	9.125	3.069
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-	-	-	54.380	54.380
Participação de não controladores (em controladas)	-	-	-	-	2.498	2.498
Em 31 de dezembro de 2019	27.000	(16.136)	-	10.864	85.650	96.514

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

FMFS - PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018 (Reapresentado)	2019	2018 (Reapresentado)
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(6.056)	10.003	3.069	27.238
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(6.056)	10.003	3.069	27.238
Resultado atribuível aos proprietários da controladora			(6.056)	10.003
Resultado atribuível a participação dos não controladores			9.125	17.235
			3.069	27.238

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

FMFS - PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018 (Reapresentado)	2019	2018 (Reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(6.056)	10.003	13.465	38.709
Ajustes por:					
Depreciação e amortização	-	-	-	7.472	7.452
Efeito da consolidação dos consórcios e SCP's	-	-	-	-	(695)
Provisões para demandas judiciais	-	-	-	(276)	319
Resultado da equivalência patrimonial	9	1.147	16.166	2.583	2.830
Apropriação dos juros sobre empréstimos	-	6.382	4.782	26.755	26.935
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosos (PCLD)	-	-	-	2.069	3.915
Variação cambial	-	-	-	2.133	(3.238)
Tributos diferidos	24	-	-	-	(2.722)
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	(9.161)
		1.473	30.951	54.201	64.344
Variações nos ativos					
Redução (Aumento) em conta a receber	-	-	-	(4.743)	5.577
Redução (Aumento) em tributos a recuperar	-	(158)	(43)	(6.901)	191
Redução (Aumento) em partes relacionadas	-	20.491	4.980	8.857	66
Redução (Aumento) em dividendos a receber	-	-	3.124	(1.917)	2.153
Redução (Aumento) em depósitos judiciais	-	4	(4)	(353)	69
Redução (Aumento) em despesas a apropriar	-	-	-	6.666	1.546
Redução (Aumento) em outros ativos	-	9	28	(12.489)	44
Variações nos passivos					
Aumento (Redução) em fornecedores	-	(15)	(3)	1.505	(1.855)
Aumento (Redução) de salários e encargos a pagar	-	-	-	3.681	577
Aumento (Redução) de tributos e contribuições a recolher	-	-	-	2.318	(9.168)
Aumento (Redução) em partes relacionadas	-	20.104	(7.124)	(6.455)	5.588
Aumento (Redução) em obrigações com poder concedente	-	-	-	7.433	10.044
Aumento (Redução) em provisão para perdas com investimento	-	-	33	-	(573)
Aumento (Redução) em dividendos a distribuir	-	-	-	192	(1.708)
Aumento (Redução) em outros passivos	-	-	-	5.837	328
Aumento (Redução) em passivo de arrendamento	-	-	-	227	-
Caixa (usado) gerado nas atividades operacionais		41.908	31.942	58.059	77.223
Imposto de renda e contribuição social pagos	24	-	-	(10.396)	(8.749)
Caixa líquido (usado) gerado nas atividades operacionais		41.908	31.942	47.663	68.474
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Movimentação em coligadas e controladas	-	(8.269)	(31.667)	(16.042)	440
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	-	-	-	(84.311)	(25.737)
Redução (Aumento) em títulos e valores mobiliários	-	(1.587)	-	(9.581)	785
Caixa (aplicado) gerado nas atividades de investimentos		(9.856)	(31.667)	(109.934)	(24.512)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Captação (liquidação) de empréstimos e financiamentos	-	(23.561)	19.586	19.594	(22.179)
Operações com acionistas / distribuição de lucros	-	-	(19.447)	-	(19.447)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-	-	54.380	-
Participação dos não controladores	-	-	-	2.498	2.282
Caixa gerado (usado) nas atividades de financiamento		(23.561)	139	76.472	(39.344)
Aumento líquido em caixa e equivalente de caixa		8.491	414	14.201	4.618
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	2.272	1.858	18.595	13.977
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	10.763	2.272	32.796	18.595
Aumento líquido em caixa e equivalente de caixa		8.491	414	14.201	4.618

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

FMFS - PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando mencionado de outra forma)

1. Informações gerais

FMFS - Participações e Empreendimentos Ltda. é uma sociedade limitada, constituída em 29 de maio de 1995 com sede em São Paulo na rua Bela Cintra, nº 1149, Estado de São Paulo.

A empresa tem por objeto a administração de bens próprios e a participação em outras empresas como acionista ou quotista.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração da Empresa em 01 de junho de 2020.

2. Práticas contábeis e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

2.1 Base de preparação

A preparação de demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas são usadas para entre outros: realização dos ativos intangíveis, a determinação da vida útil de bens e equipamentos, provisões necessárias para passivos contingentes e o valor justo dos instrumentos financeiros.

Baseado nesse fato os resultados reais podem ser diferentes dos resultados considerados por essas estimativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Empresa revisa suas estimativas e premissas periodicamente em prazo não superior a um ano.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis e que possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para a elaboração das demonstrações contábeis estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando mencionado de outra forma)

(a) Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais (Controladora) foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e estão apresentadas em conjunto com as demonstrações consolidadas.

No balanço patrimonial individual as participações em controladas e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com esse método o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Empresa nas alterações dos ativos líquidos da investida.

Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Empresa nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido.

Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

A participação societária no resultado das controladas e controladas em conjunto é demonstrada no resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido da investida atribuível aos controladores.

(b) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.2 Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Empresa e de entidades controladas diretamente ou indiretamente através de suas controladas.

O controle sobre essas entidades é obtido quando a Empresa tem o poder de controlar suas políticas financeiras e operacionais e tem capacidade para auferir benefícios e estar exposta aos riscos de suas atividades. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data que o controle integral se inicia até a data em que deixa de existir.

FMFS - PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando mencionado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2019 as demonstrações contábeis consolidadas incluem a consolidação integral não incluindo os empreendimentos controlados em conjunto, os quais são contabilizados com base no método de equivalência patrimonial de acordo com os CPCs 18 (R2) e 19 (R2).

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas controladas pela Empresa são eliminadas integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.

Nas demonstrações contábeis da controladora as informações financeiras das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As práticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme em todas as controladas e controladas em conjunto incluídas nas demonstrações contábeis e o exercício social dessas empresas coincide com o da controladora.

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas:

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Empresa tem o controle. A Empresa controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade.

As demonstrações contábeis consolidadas são preparadas em conformidade com os princípios de consolidação emanados da legislação societária brasileira e do pronunciamento técnico CPC 36 (R3) e compreendem as informações contábeis das suas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

2.2.1. Percentual de participação das controladas diretas

Razão social	Tipo de consolidação	Participação	
		2019	2018
Socicam Administração, Projetos e Representações Ltda.	Integral	100%	100%
Socicam Infraestrutura e Participações Ltda.	Integral	100%	100%
Solving Participações e Empreendimentos S.A.	Integral	100%	100%

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando mencionado de outra forma)

2.3 Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Empresa e de cada uma das empresas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”).

(b) Transações e saldos em moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da Empresa (R\$ - Reais), utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações.

Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços.

Os ganhos e perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício, nas rubricas “Receitas financeiras” e “Despesas Financeiras”.

(c) Moeda de apresentação e conversão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de Reais (R\$), exceto quando expressamente indicado de outra forma.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa e todas as outras movimentações de ativos e passivos das controladas no exterior, cuja moeda funcional é a moeda local dos respectivos países onde operam, são convertidas para Reais (R\$) à taxa de câmbio vigente na data das correspondentes transações.

O balanço patrimonial é convertido para Reais (R\$) às taxas de câmbio do encerramento de cada exercício. Os efeitos das variações da taxa de câmbio resultantes dessas conversões são apresentados sob a rubrica “Outros resultados abrangentes” nas demonstrações do resultado abrangente e no patrimônio líquido.

2.4 Reconhecimento de receitas

As receitas operacionais são reconhecidas ao resultado do exercício quando da prestação dos serviços em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

A seguir estão apresentados os principais tipos de receita obtidos pela Empresa:

i. Serviços de atendimentos

As controladas e suas investidas atuam na qualidade de prestadora de serviços de administração, operação e manutenção de terminais urbanos, terminais rodoviários, portos e aeroportos entre outras atividades, assim como presta serviços de apoio a população em centrais de atendimento denominadas “Poupatempo”.

ii. Taxa de embarque e utilização nos terminais rodoviários, portuários e aeroportuários

As controladas e suas investidas atuam na qualidade de agente intermediador na operação de terminais rodoviários, portuários e aeroportuários executando a cobrança das Tarifas de Embarque no Terminal (TET) das empresas de transportes sediadas nos terminais.

Os valores são recebidos dos usuários pelas operadoras e repassados à concessionária conforme relatórios de faturamento das taxas de embarque.

iii. Receita de aluguel

A receita de aluguel é decorrente de contratos de locação com as empresas de transporte, lojas e restaurantes localizados nos terminais e reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

iv. Serviços aos usuários

Referem-se a serviços tais como guarda-volumes, estacionamento, utilização de sanitários e banho aos usuários dos terminais.

v. Administração e gerenciamento de terminais urbanos

A Empresa atua na qualidade de agente intermediador na operação do terminal urbano.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando mencionado de outra forma)

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “avaliadas ao valor justo por meio do resultado”.

Títulos e valores mobiliários substancialmente incluem Certificados de Depósitos Bancários (CDB’s) os quais são classificados a valor justo por meio de resultado.

2.6 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Não existem operações de investimentos financeiros derivativos especulativos e não existem atividades de *hedge* em aberto em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

2.7 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado ou pela venda de mercadoria no decurso normal das atividades da Empresa, sendo classificadas como ativo circulante exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nesses casos são classificadas como não circulantes.

São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente deduzidas de provisão para perda no valor recuperável.

Uma provisão para perda no valor recuperável das contas a receber é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Empresa não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber.

Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou recuperação judicial e falta de pagamento ou inadimplência são considerados indicadores de que as contas a receber podem não ser recuperáveis.

2.8 Investimentos

Os investimentos da Empresa em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial para fins das demonstrações contábeis da controladora.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando mencionado de outra forma)

Com base no método da equivalência patrimonial o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

Os ganhos e perdas por participação societária nos resultados da controlada são apresentados na demonstração do resultado da controladora como resultado de participações societárias, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controlada.

2.9 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados se apropriado ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção e reparo somente serão capitalizados se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens foram prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

A baixa de ativo imobilizado é realizada mediante a venda de um bem ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo imobilizado (calculado pela diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil) são incluídos na demonstração de resultado no exercício que o ativo foi baixado.

2.10 Intangível

i. Contratos de concessão

Suas controladas reconhecem como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados em linha com a interpretação ICPC 01 - Contratos de Concessão. A Empresa não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso dos ativos pelos usuários, mesmo quando o retorno da Empresa tenha um risco muito baixo.

A infraestrutura dentro do alcance da interpretação ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado, uma vez que o contrato de concessão não transfere a Empresa o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

Suas controladas têm acesso para operar a infraestrutura para prestação de serviços públicos em nome do poder concedente nas condições previstas no contrato.

Melhorias e ampliações durante a concessão são reconhecidas como intangível pelo valor justo e serão entregues ao poder concedente conforme regulamenta o contrato de cada concessão, em contrapartida do ativo intangível é representado pelo direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pelas controladas.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos ou o prazo final da concessão o que ocorrer primeiro.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão o que ocorrer primeiro.

ii. Licença de *software*

As licenças de *softwares* adquiridas foram capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados.

Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada em cinco anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa conforme incorridos.

2.11 Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando mencionado de outra forma)

Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.12 Fornecedores e outras contas a pagar

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, reconhecidas pelo valor nominal e acrescido quando aplicável dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços.

São classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário são apresentadas no passivo não circulante.

2.13 Obrigações com o poder concedente

O poder concedente estabelece no contrato de concessão que suas controladas paguem uma contribuição fixa e outra variável durante todo o período de concessão, reajustada conforme índice de inflação determinado no contrato de concessão.

A contribuição fixa está registrada sob a denominação “Obrigações com o poder concedente” no passivo circulante e não circulante considerando os prazos de liquidação inferiores e superiores ao prazo de 1 ano amortizados pelas liquidações financeiras. O poder concedente determina também uma contribuição variável calculada sobre o total da receita bruta da concessão.

Em 31 de dezembro de 2019 suas controladas possuíam contratos de concessão para a prestação de serviços públicos de terminais de passageiros incluindo operações no Brasil e exterior, firmados por meio de contratos individuais para cada concessão por períodos que variavam entre 1 a 30 anos, sendo todos os contratos similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente.

As tarifas para os serviços prestados são regulados pelos órgãos responsáveis de cada unidade concedida e devem garantir a sustentabilidade econômica e financeira da prestação dos serviços, cabendo, portanto, os órgãos responsáveis determiná-las por meio de revisões periódicas, bem como proceder aos seus respectivos reajustes anuais que têm por objetivo o realinhamento de preços das tarifas em face da inflação.

A cobrança pelos serviços ocorre diretamente dos usuários tendo como base a quantidade de operações realizadas em cada terminal.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando mencionado de outra forma)

Ajuste a valor presente da outorga quando aplicável é efetuado considerando-se uma taxa de juros de 5,5% a.a., estimada por juros compatíveis com a natureza o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga e baseada nas taxas de longo prazo praticadas no mercado no período compreendido não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão.

2.14 Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo líquido dos custos incorridos na transação e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecido durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros como parcela complementar do custo do empreendimento (ativo qualificável em construção) ou na demonstração do resultado.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante a menos que a Empresa e suas controladas e controladas em conjunto tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após a data do balanço.

2.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Empresa e suas controladas e controladas em conjunto têm uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Quando há uma série de obrigações similares a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

(a) Riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Empresa e suas controladas são partes de diversos processos judiciais e administrativos.

Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando mencionado de outra forma)

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.16 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido, ambos reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço.

A administração avalia periodicamente as posições assumidas pela Empresa e suas controladas e controladas em conjunto nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações.

Estabelece provisões quando apropriado com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Nas entidades tributadas pelo lucro real o imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas alíquotas regulares de 15% acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, sobre o lucro contábil do exercício, ajustado segundo critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Conforme facultado pela legislação tributária certas controladas e controladas em conjunto cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a R\$ 78.000 optaram pelo regime de lucro presumido.

Para essas entidades a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras) sobre as quais aplicam-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente se for provável de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias possam ser usados.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando mencionado de outra forma)

Os impostos de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda e contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.17 Benefícios a empregados e dirigentes

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Empresa incluem em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário).

Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Empresa tem uma obrigação com base em regime de competência à medida que são incorridos.

2.18 Distribuição de lucros

Quando aplicável a distribuição de dividendos para os quotistas das Empresas é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício.

2.19 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre saldos bancários e recebidos nos pagamentos em atraso de clientes. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com descontos concedidos a clientes, juros sobre empréstimos inclusive cessão de recebíveis imobiliários e despesas bancárias.

2.20 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Empresa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando mencionado de outra forma)

Os instrumentos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados como mensurado: a custo amortizado; Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes – (VJORA) - instrumento de dívida; VJORA - instrumento patrimonial ou Valor Justo através do Resultado (VJR).

A Empresa determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos no caso de investimentos não designados a Valor Justo por meio do Resultado (VJR) dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

(ii) Passivos financeiros

São classificados como passivos financeiros a Valor Justo por meio do Resultado (VJR) empréstimos e financiamentos ou com derivativos classificados como instrumento de hedge conforme o caso.

A Empresa determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e no caso de empréstimos e financiamentos são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

2.21 Mudanças nas principais políticas contábeis

Na preparação dessas demonstrações financeiras a Administração da Empresa considerou quando aplicável novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos emitidos pelo IASB e pelo CPC respectivamente que entraram obrigatoriamente em vigor em 01 de janeiro de 2019.

Exceto pela adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil, uma série de outras novas normas são efetivas a partir desta data, mas não afetam as informações contábeis da Empresa.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando mencionado de outra forma)

2.21.1. CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil

Em relação à norma sobre operações de arrendamento mercantil - CPC 06 (R2) / IFRS 16 que introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes incluindo o CPC 06 / IAS 17 - Operações de arrendamento mercantil e o ICPC 03 / IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 - Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil.

A Empresa optou pela adoção da abordagem retrospectiva modificada como método de transição a partir de 01 de janeiro de 2019 com efeitos prospectivos, portanto, os períodos comparativos não estão sendo reapresentados e contemplam a abordagem da norma vigente à data base.

A utilização desta abordagem impactou substancialmente os contratos de aluguel de imóveis mantidos até a adoção da norma como arrendamento mercantil operacional.

2.21.2. Definição de arrendamento

Anteriormente a Empresa determinava no início do contrato se ele era ou continha um arrendamento sob o ICPC 03 / IFRIC 4 - Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil.

A Empresa agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento baseado na nova definição de arrendamento. De acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Na transição para o CPC 06 (R2) / IFRS 16 a Empresa optou por aplicar o expediente prático de manter a avaliação de quais transações são arrendamentos.

A Empresa aplicou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17 e o ICPC 03 / IFRIC 4 não foram reavaliados.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando mencionado de outra forma)

No início ou na reavaliação de um contrato que contém um componente de arrendamento a Empresa aloca a contraprestação do contrato a cada componente de arrendamento e não arrendamento com base em seus preços individuais.

2.21.3. Mensuração do passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início descontados usando a taxa de financiamento do arrendatário.

2.21.4. Prazo do arrendamento mercantil

É período pelo qual a Empresa contratou o arrendamento mercantil do imóvel. A Empresa avaliou o prazo celebrado em cada contrato, pois entende que não possui uma obrigação executável além do prazo contratual estabelecido.

Determinou-se também o uso da percepção tardia (*hindsight* para determinar o prazo do arrendamento, se o contrato contém opções para prorrogar ou rescindir o arrendamento dentre outros.

2.21.5. Isenção de reconhecimento

A Empresa optou pela isenção de reconhecimento para arrendamentos com prazo inferior a 12 meses e arrendamentos de baixo valor.

Para os arrendamentos com isenção de reconhecimento a Empresa registrou a despesa no resultado do exercício ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrido.

2.21.6. Taxa de juros incremental de financiamento do arrendatário

A Empresa considerou, para todos os contratos com partes relacionadas e terceiros, taxas de juros real necessárias para financiar a aquisição dos ativos arrendados em condições similares ao custo do dinheiro para a Empresa na data de adoção da norma.

2.21.7. Encargos financeiros decorrentes dos contratos de arrendamento

O encargo financeiro é reconhecido como despesa financeira e apropriado a cada período durante o prazo do arrendamento mercantil.

Os pagamentos contingentes são registrados como despesa no resultado do exercício a medida em que são incorridos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando mencionado de outra forma)

2.21.8. Mensuração do ativo de direito de uso

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável e ajustado por certas mensurações do passivo de arrendamento.

Adicionalmente a Empresa optou por excluir os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso.

2.21.9. Amortização do ativo de direito de uso

Os contratos de arrendamento da Empresa não possuem cláusulas que permitam à Empresa exercer a aquisição da propriedade do ativo ao final do prazo de arrendamento mercantil.

Dessa forma a vida útil desses ativos na ausência de perda ao valor recuperável será o prazo contratual, o que for menor.

A Empresa adota a alocação da amortização do ativo de direito de uso de forma sistemática e linear.

Ressalta-se que a Empresa reavaliará periodicamente a vida útil dos direitos de uso sempre que apresentar alterações nos planos comerciais estratégicos e intenções dos locadores na continuidade do contrato.

2.21.10. Valor recuperável do ativo de direito de uso

A Empresa continuará aplicando o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos sendo que efetuará periodicamente avaliação de indicadores de perda por valor recuperável com base em parâmetros gerenciais de avaliação de rentabilidade de loja e centros de distribuição.

2.21.11. Arrendamentos classificados anteriormente como arrendamento financeiro

A Empresa optou por manter na rubrica de imobilizado e passivo de arrendamento pelos valores imediatamente anteriores a data de adoção.

Apresentação dos efeitos relacionados à aplicação do novo pronunciamento

FMFS - PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando mencionado de outra forma)

O efeito da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil a partir de 01 de janeiro de 2019 no balanço patrimonial de abertura está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Adição por adoção CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	-	4.126	-
Passivo de arrendamento em 01/01/2019	-	-	4.126	-
Juros pagos	-	-	(12)	-
Juros apropriados	-	-	(857)	-
Passivo de arrendamento em 31/12/2019	-	-	3.255	-
Circulante	-	-	948	-
Não Circulante	-	-	2.307	-
Total	-	-	3.255	-

2.22 Reapresentação das demonstrações contábeis de 2018

A Administração identificou ajustes que afetaram os balanços patrimoniais em 2018, bem como as demonstrações do resultado.

Consequentemente a Empresa está reapresentando as demonstrações contábeis compreendendo esse exercício de acordo com o previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros.

Os ajustes identificados referem-se a inconsistências no cálculo da equivalência patrimonial de determinados investimentos indiretos e na interpretação de determinadas operações com partes relacionadas, e reclassificação de saldo entre rubricas no patrimônio líquido para melhor apresentação. Os ajustes são apresentados nos quadros a seguir:

FMFS - PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando mencionado de outra forma)

a) Balanço patrimonial

Ativo

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais - R\$)

	Controladora			Consolidado		
	2018 (originalmente apresentado)	ajustes	2018 (reapresentado)	2018 (originalmente apresentado)	ajustes	2018 (reapresentado)
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	2.272	-	2.272	18.595	-	18.595
Conta a receber	-	-	-	23.637	-	23.637
Tributos a recuperar	82	-	82	8.912	-	8.912
Dividendos a receber	-	-	-	1.008	-	1.008
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	120	-	120
Partes relacionadas	-	-	-	553	-	553
Despesas a apropriar	-	-	-	275	-	275
Outros ativos	11	-	11	1.417	-	1.417
	<u>2.365</u>	<u>-</u>	<u>2.365</u>	<u>54.517</u>	<u>-</u>	<u>54.517</u>
Não circulante						
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	3.163	-	3.163
Partes relacionadas	29.935	(6.518)	23.417	89.974	(6.518)	83.456
Depósitos judiciais	347	-	347	1.144	-	1.144
Despesas a apropriar	-	-	-	6.391	-	6.391
Outros ativos	-	-	-	1.626	-	1.626
Investimentos	61.149	(1.714)	59.435	49.337	-	49.337
Imobilizado	-	-	-	6.965	-	6.965
Intangível	-	-	-	85.163	-	85.163
	<u>91.431</u>	<u>(8.232)</u>	<u>83.199</u>	<u>243.763</u>	<u>(6.518)</u>	<u>237.245</u>
Total do ativo	<u>93.796</u>	<u>(8.232)</u>	<u>85.564</u>	<u>298.280</u>	<u>(6.518)</u>	<u>291.762</u>

FMFS - PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando mencionado de outra forma)

Passivo

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais - R\$)

	Controladora			Consolidado		
	2018 (originalmente apresentado)	ajustes	2018 (reapresentado)	2018 (originalmente apresentado)	ajustes	2018 (reapresentado)
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante						
Empréstimos e financiamentos	21.474	-	21.474	28.882	-	28.882
Cessão de recebíveis imobiliários	-	-	-	17.442	-	17.442
Fornecedores	15	-	15	5.607	-	5.607
Salários e encargos a pagar	-	-	-	21.222	-	21.222
Tributos e contribuições a recolher	3	-	3	7.221	-	7.221
Obrigações com poder concedente	-	-	-	3.909	-	3.909
Outros passivos	-	-	-	98	-	98
Partes relacionadas	3.049	-	3.049	3.759	-	3.759
	24.541	-	24.541	88.140	-	88.140
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	37.912	-	37.912	39.971	-	39.971
Cessão de recebíveis imobiliários	-	-	-	83.715	-	83.715
Obrigações com poder concedente	-	-	-	17.511	-	17.511
Partes relacionadas	3.422	2.643	6.065	5.593	2.643	8.236
Outros passivos	-	-	-	2.916	-	2.916
Dividendos a distribuir	-	-	-	2.384	-	2.384
Tributos e contribuições a recolher	-	-	-	8.776	-	8.776
Provisão para perdas com investimentos	126	-	126	-	-	-
Provisão para demandas judiciais	-	-	-	3.546	-	3.546
	41.460	2.643	44.103	164.412	2.643	167.055
Patrimônio líquido						
Capital social	27.000	-	27.000	27.000	-	27.000
Operações com quotistas	795	(795)	-	795	(795)	-
Lucros (Prejuízos) acumulados	-	(10.080)	(10.080)	-	(10.080)	(10.080)
	27.795	(10.875)	16.920	27.795	(10.875)	16.920
Participação dos não controladores	-	-	-	17.933	1.714	19.647
Total do passivo e patrimônio líquido	-	-	-	45.728	(9.161)	36.567
	93.796	(8.232)	85.564	298.280	(6.518)	291.762

b) Demonstração do resultado

Demonstrações do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais - R\$)

	Controladora			Consolidado		
	2018 (originalmente apresentado)	ajustes	2018 (reapresentado)	2018 (originalmente apresentado)	ajustes	2018 (reapresentado)
Receita líquida	-	-	-	285.464	-	285.464
Custo dos serviços prestados	-	-	-	(196.285)	-	(196.285)
Resultado bruto	-	-	-	89.179	-	89.179
Despesas administrativas e gerais	(1.196)	-	(1.196)	(37.987)	-	(37.987)
Outras receitas e despesas	272	-	272	12.868	-	12.868
Resultado de equivalência patrimonial	17.880	(1.714)	16.166	2.830	-	2.830
Resultado antes do resultado financeiro	16.956	(1.714)	15.242	66.890	-	66.890
Resultado financeiro	(5.239)	-	(5.239)	(28.181)	-	(28.181)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	11.717	(1.714)	10.003	38.709	-	38.709
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	(11.471)	-	(11.471)
Lucro líquido do exercício	11.717	(1.714)	10.003	27.238	-	27.238
Atribuível aos proprietários da controladora				11.717	(1.714)	10.003
Atribuível a participação dos não controladores				15.521	1.714	17.235
				27.238	-	27.238

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando mencionado de outra forma)

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

3.1.1. Julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer a adoção por parte da Administração de estimativas e julgamentos que afetam os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis e receitas e despesas nos exercícios demonstrados.

3.1.2. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas as fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativa na data do balanço envolvendo risco significativo de causar um ajuste importante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício são discutidas a seguir:

(a) Demandas judiciais e riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Empresa e suas controladas e controladas em conjunto estão sujeitas no curso normal dos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, dentre outras.

As provisões constituídas para fazer face às potenciais perdas decorrentes de processos em curso são revisadas e ajustadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

(b) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos é determinado utilizando técnicas de avaliação incluindo o método de fluxo de caixa descontado.

Os dados para estes métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando mencionado de outra forma)

O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como por exemplo risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade.

Mudanças nas premissas sobre estes fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

(c) Amortização do ativo intangível

O período e o método de amortização para o ativo intangível com vida útil definida são revisados ao final de cada exercício social quando houver indicativo de “*impairment*”, mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização conforme o caso sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

4. Gestão de riscos

A abordagem da gestão de risco da Empresa e suas controladas classifica os riscos inerentes ao negócio nas seguintes categorias:

i. Risco financeiro

São os riscos decorrentes de inadequada gestão de caixa, das aplicações de recursos em operações novas, desconhecidas, complexas e/ou de alto risco.

ii. Risco de *compliance*

Essa abordagem refere-se às sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a empresa pode sofrer como resultado de qualquer descumprimento legal.

Para evitá-lo a Empresa e suas controladas monitoram permanentemente o estrito respeito às leis, normas e regulamentos, bem como a observância de políticas e procedimentos, a implementação e a funcionalidade dos planos de contingência e a segregação de funções evitando o conflito de interesses e facilitando a avaliação dos riscos e dos controles internos da Empresa.

Essa abordagem inclui a avaliação dos riscos socioambientais, trabalhistas e fiscais.

iii. Risco operacional

Ocorre quando há falta de consistência ou de adequação nos sistemas de informação, no processamento e controle de operações, no gerenciamento de recursos e nos controles internos ou ainda no caso de eventuais fraudes que prejudiquem o exercício das atividades da Empresa e de suas controladas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando mencionado de outra forma)

O trabalho desenvolvido pelas equipes internas que atuam juntamente com os gestores do negócio para a busca de conformidade dos controles internos realiza-se por meio do monitoramento dos processos sendo fator mitigante da ocorrência de risco operacional pela adequação dos controles à atividade.

iv. Risco estratégico

Está relacionado aos eventos originados tanto interna quanto externamente que gerem instabilidade às partes interessadas ou comprometam de alguma forma a reputação e a sustentabilidade da Empresa e de suas controladas.

São os riscos decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da empresa em dar resposta as mudanças que possam interromper o alcance de objetivos estratégicos estabelecidos.

A Empresa e suas controladas monitoram continuamente esses eventos de risco buscando se antecipar às ocorrências indesejáveis e se preparar para os riscos estratégicos dos quais a Empresa está exposta.

4.1 Riscos financeiros

As atividades da Empresa e de suas controladas e controladas em conjunto as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo taxa de juros dos financiamentos, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço de determinados ativos avaliados ao valor justo), risco de crédito e risco de liquidez.

O programa de gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Empresa e de suas controladas e controladas em conjunto.

A Empresa e suas controladas e controladas em conjunto não têm como prática fazer uso de instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco.

i. Risco cambial

A Empresa e suas controladas atuam internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente com relação ao dólar norte-americano.

ii. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Empresa não possui ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais são substancialmente independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

FMFS - PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando mencionado de outra forma)

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos. Os empréstimos emitidos com taxas variáveis expõem as Empresas e suas controladas ao risco de taxa de juros e de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos com taxas fixas expõem a Empresa e suas controladas ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

iii. Risco de créditos

Risco de crédito decorrente de concessão de crédito a clientes e adiantamentos a fornecedores, a política da Empresa e de suas controladas considera o nível de risco de crédito a que está disposto a se sujeitar no curso de seus negócios.

A provisão para deterioração do saldo de contas a receber é registrada em quantia considerada suficiente para cobrir todas as perdas prováveis quando da execução das contas a receber de clientes baseada em informações históricas e é incluída nas despesas de vendas.

iv. Risco de liquidez

É o risco das Empresas e suas controladas não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa	-	-	62	78
Bancos	5	95	1.452	440
Aplicações financeiras	10.758	2.177	28.179	14.757
Numerários em trânsito	-	-	3.103	3.320
	10.763	2.272	32.796	18.595

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa da Empresa e suas controladas.

Considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor sendo representadas substancialmente por saldos disponíveis em bancos e Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

FMFS - PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando mencionado de outra forma)

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Locações a receber	-	-	16.141	14.851
Taxa de embarque	-	-	2.599	1.089
Duplicatas a Receber PJ	-	-	6.667	4.804
Secretaria do Estado de Transporte (i)	-	-	422	2.148
Outros Créditos (ii)	-	-	8.993	6.984
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	(8.511)	(6.239)
	-	-	26.311	23.637

(i) Valores a receber decorrentes da prestação de serviços realizados conforme estabelecido em contrato de concessão;

(ii) Valores decorrentes das operações com a Reit Securitizadora de Recebíveis Imobiliários S.A. através da celebração de contratos de cessão de créditos.

Estão inclusos nos saldos de recebíveis as locações atreladas à Cessão de recebíveis imobiliários conforme divulgado na Nota Explicativa nº 13.

7. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
IRPJ saldo negativo	240	82	7.522	3.890
CSLL saldo negativo	-	-	2.914	1.579
PIS a recuperar	-	-	192	179
COFINS a recuperar	-	-	889	826
INSS a recuperar	-	-	3.469	1.655
Outros	-	-	827	783
	240	82	15.813	8.912

8. Partes relacionadas

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Conta corrente com SCPs e Consórcios	-	-	269	553
Total circulante	-	-	269	553

FMFS - PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando mencionado de outra forma)

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Mútuos Imobiliária del Pacífico S.A.	-	-	52.824	51.633
Socicam Adm. e Projetos e Repres. Ltda.	-	15.192	255	-
SCP Angra	-	-	384	-
Universal Armazéns Gerais	-	-	465	645
AFAC Rio Terminais	-	-	1.925	8.365
AFAC SPE Belo Horizonte	-	-	5.569	-
Nova Lapa Empreendimentos SPE S.A.	-	-	441	6.542
Conta corrente com SCPs e Consórcios	-	-	7.066	9.586
Conta corrente com pessoa física	-	1.919	-	2.214
CTRCG – Conc. Term. Campo Grande	-	-	-	395
Contermas S.A.	-	-	790	946
Rodoviária do Rio de Janeiro S/A	-	-	5	-
Socicam Serviços Urbanos	3	-	-	-
Socicam Infraestrutura e Participações	2.923	6.306	-	-
Estrella Polar S.A.	-	-	3.026	3.130
Total não circulante	2.926	23.417	72.750	83.456

Passivo	2019	2018	2019	2018
Notas Promissórias a Pagar		3.049	-	3.049
Conta corrente com SCPs e Consórcios	-	-	514	710
Total circulante	-	3.049	514	3.759

Concessionária Novo Rio S/A	-	-	978	676
Socicam Adm. e Projetos e Repres. Ltda.	29.218	-	84	-
Solving Participações e Empreendimentos S.A.	-	599	-	-
Sociporã Empreendimentos	-	2.724	-	-
Conta corrente com pessoa física	-	2.742	-	3.643
CTRC – Conc. Term Campinas	-	-	597	3.318
Universal Armazéns Gerais	-	-	66	-
SCPs - Socicam Administração Projetos	-	-	3.072	-
Conta corrente com SCPs e Consórcios	-	-	229	599
Total não circulante	29.218	6.065	5.026	8.236

Os saldos das contas mantidos com sociedades controladas e controladas em conjunto representam operações de crédito em conta corrente e não possuem vencimento predefinido.

Os saldos a receber pela sociedade controladora correspondem a recursos transferidos para as sociedades controladas e controladas em conjunto com o objetivo de suportar as operações das concessões naquelas sociedades.

Os saldos no passivo correspondem ao recebimento de recursos das sociedades controladas e controladas em conjunto originários basicamente de operações de investimento.

FMFS - PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando mencionado de outra forma)

9. Investimentos e provisão para perda com investimentos

9.1. Detalhes dos investimentos – controladora

	% - Participação		Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) líquido do exercício		Investimentos		Resultado de equivalência patrimonial	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Socicam Infraestrutura e Participações Ltda.	99,99	100	69.462 (*)	13.155	(4.073)	(639)	15.082	13.155	(4.072)	(639)
Socicam Administração, Proj. e Representações Ltda.	99,99	100	51.305	46.060	5.245	16.785	51.302	46.056	5.245	16.781
Socicam Serviços Urbanos Ltda.	10	10	1.728	1.984	(256)	560	173	198	(26)	56
Sociporã Empreendimentos e Representações Ltda.	-	1	-	2.591	(38)	(32)	-	26	-	-
Solving Participações e Empreendimentos S.A.	100	100	(126)	(126)	-	(32)	(126)	(126)	-	(32)
Total							66.431	59.309	1.147	16.166
Provisão para perda c/investimentos - passivo não circulante							(126)	(126)		
Investimentos - ativo não circulante							66.557	59.435		
Total							66.431	59.309		

(*) contém adiantamento para futuro aumento de capital de sócio minoritário de R\$ 54.380

9.2. Movimentação dos investimentos – controladora

	Controladora	
	2019	2018
Saldo inicial	59.309	43.841
(-) Resultado de equivalência patrimonial	1.147	16.166
Adiantamentos para futuro aumento de capital	6.000	-
(+/-) Outros resultados com investimentos	(25)	(698)
Saldo final	66.431	59.309

FMFS - PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando mencionado de outra forma)

9.3. Detalhes dos investimentos - consolidado

	Investimentos		Resultado de equivalência patrimonial	
	2019	2018	2019	2018
Coligadas - Socicam Administração, Projetos. e Representações Ltda.	56.080	43.135	1.222	2.311
Coligadas – Socicam Infraestrutura e Participações Ltda.	6.716	6.202	1.361	519
	62.796	49.337	2.583	2.830

9.4. Movimentação dos investimentos – consolidado

	Consolidado	
	2019	2018
Saldo inicial	49.337	52.089
(+) Adições	14.664	4.959
(-) Recebimento de dividendos	(2.574)	(4.464)
(-) Resultado de equivalência patrimonial	2.583	2.830
(+/-) Provisão para perdas e outros resultados em investimentos	(1.214)	(6.077)
Saldo final	62.796	49.337

10. Imobilizado

	Consolidado				
	% - Taxa depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido 2019	Imobilizado líquido 2018
Equipamentos de informática	20%	4.749	(3.809)	940	753
Máquinas e equipamentos	10 %	5.223	(3.029)	2.194	2.162
Móveis e utensílios	10 %	2.819	(1.888)	931	835
Veículos	20%	10.752	(10.331)	421	638
Terrenos	-	-	-	-	2.577
		23.543	(19.057)	4.486	6.965

A movimentação do imobilizado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é como segue:

	Consolidado	
	2019	2018
Saldo inicial	6.965	7.601
(+) Adições	1.686	1.085
(-) Baixas	(213)	(107)
(-) Transferência para ativo intangível	(2.577)	-
(-) Amortização	(1.375)	(1.614)
Saldo Final	4.486	6.965

FMFS - PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando mencionado de outra forma)

11. Intangível

	Consolidado				
	% - Taxa de amortização	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido 2019	Intangível líquido 2018
Infraestrutura de concessão	(ii)	136.764	(27.895)	108.869	47.352
Outorga de concessão	(ii)	47.029	(6.353)	40.676	32.925
Gastos para ingresso na concessão	(ii)	4.500	(37)	4.463	-
Infraestrutura de concessão em andamento	(i)	7.930	-	7.930	4.364
Terrenos	(ii)	2.577	(1.131)	1.446	-
Software	20%	3.060	(2.236)	824	519
Leasing Veículos	-	285	(12)	273	-
Marcas e patentes	20%	86	(86)	-	3
		202.231	(37.750)	164.481	85.163

A movimentação do intangível durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, é como segue:

	Consolidado	
	2019	2018
Saldo inicial	85.163	66.242
(+) Adições	83.313	25.692
(+) Transferências	2.577	-
(-) Baixas	(898)	(933)
(-) Amortização	(5.674)	(5.838)
Saldo Final	164.481	85.163

- i. As infraestruturas de concessão são registradas no ativo intangível conforme interpretação técnica ICP 01 - Contratos de concessão e são amortizadas pelo método linear pelo prazo de concessão por meio do contrato de concessão das unidades concedidas;
- ii. A outorga de concessão é amortizada mensalmente a partir do início das operações pelo prazo residual definido no contrato de concessão.

O contrato de concessão determina a reversão dos bens adquiridos ou construídos incluindo instalações, equipamentos, sistemas, maquinários, móveis e utensílios ao poder concedente no término do prazo do contrato de concessão.

FMFS - PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando mencionado de outra forma)

12. Empréstimos e financiamentos

12.1 Abertura dos saldos contábeis por modalidade

	Modalidade/ Finalidade	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Banco Safra	Capital de Giro	155	1.762	155	1.762
Banco Itaú	Capital de Giro	34.387	48.244	35.468	48.244
Banco ABC	Capital de Giro	-	-	3.707	-
Banco Ribeirão Preto	Capital de Giro	7.566	6.323	9.556	14.102
Banco do Brasil	Capital de Giro	-	-	4.363	-
Banco Daycoval	Capital de Giro	-	-	1.222	-
Banco Bradesco	Capital de Giro	-	-	7.976	1.457
Banco PINE	Capital de Giro	-	1.950	-	1.950
Emprest.Mútuo Pessoa Física	Empréstimo	98	1.107	98	1.107
Banco Itaú	Leasing	-	-	141	-
Banco Bradesco	Leasing	-	-	-	18
Banco Indusval	Leasing	-	-	-	213
Banco Daycoval	Leasing	-	-	83	-
		42.206	59.386	62.769	68.853
Circulante		20.783	21.474	33.850	28.882
Não Circulante		21.423	37.912	28.919	39.971

(i) As taxas de juros variam de 0,30% a 0,70% ao mês para os empréstimos nas modalidades capital de giro e conta garantida e para os empréstimos na modalidade leasing de 1,25% a 1,54% ao mês.

12.2 Empréstimos e financiamentos por ano de vencimento – não circulante

Ano	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
2020	-	18.314	-	20.365
2021	21.219	19.598	28.715	19.606
2022	204	-	204	-
	21.423	37.912	28.919	39.971

12.3 Garantias

Os empréstimos e financiamentos na controladora e no consolidado estão garantidos por avais dos sócios e garantias fiduciárias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando mencionado de outra forma)

12.4 Cláusulas restritivas (covenants)

As CCB Estruturadas - Itaú emitidas possuem cláusulas específicas para vencimentos antecipados sendo que as principais cláusulas restritivas que podem acarretar o vencimento antecipado da dívida são:

A FMFS – Participações e Empreendimentos Ltda, deverá cumprir com os seguintes índices financeiros, calculados ao término de cada exercício social:

(a) Razão entre “Dívida Líquida/EBITDA” sendo menor ou igual a:

- (i) 2,50 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017;
- (ii) 2,90 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018;
- (iii) 2,70 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019;
- (iv) 2,50 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

(b) Dívida bruta menor ou igual:

- (i) R\$ 200.000 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017;
- (ii) R\$ 225.000 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018;
- (iii) R\$ 220.000 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019;
- (iv) R\$ 200.000 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Administração monitora constantemente os termos contratados, a fim de garantir que os compromissos assumidos estão sendo cumpridos pela Empresa.

A falta de cumprimento dos itens citados poderá ocasionar o acionamento dos agentes financeiros que poderá resultar em vencimento antecipado do contrato. Os índices financeiros não foram atingidos no exercício findo de 31 de dezembro de 2019, para determinada operação no valor de R\$ 18.295.

Serão iniciadas negociações com os credores com o objetivo de obter *waiver* do vencimento antecipado da dívida e a administração está confiante no sucesso do pedido.

Recentemente finalizamos uma negociação bem sucedida com os credores das Debentures para mitigação de parte dos impactos da Covid19 e consequente preservação do caixa da Empresa. Por termos um bom histórico de adimplemento nas parcelas mensais desde o início da operação, bem como, os credores estarem acompanhando a trajetória positiva e crescente de resultados do Grupo Socicam, acreditamos ser bastante provável obtermos sucesso nesta negociação.

FMFS - PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando mencionado de outra forma)

13. Certificados de recebíveis imobiliários (consolidado)

A Sociedade controladora efetua a captação de recursos financeiros por meio de créditos de recebíveis imobiliários os quais são aplicados nas sociedades controladas e controladas em conjunto para financiamento de seus empreendimentos e são apresentados nesta rubrica:

Emissão	Vencimento	Correção / Índices	2019	2018
17/09/2014	2019	-	-	5.745
02/02/2015	2024	10,57% a.a. + IPCA	45.831	46.075
31/05/2016	2024	11,00% a.a. + IGP-M	43.703	49.337
15/05/2019	2026	9,00% a.a. + IGP-M	64.056	-
			153.590	101.157
Circulante			26.185	17.442
Não circulante			127.405	83.715

Os saldos do não circulante excluídos os gastos a amortizar e saldos em garantia podem ser assim apresentados por ano de vencimento:

	Consolidado	
	2019	2018
2020	-	18.396
2021	25.459	18.281
2022	27.708	18.155
2023	29.399	18.019
2024	22.451	10.864
2025	10.712	-
2026	11.676	-
	127.405	83.715

13.1. Emissão em 17 de setembro de 2014

A controlada Socicam Administração, Projetos e Representações Ltda. emitiu certificado de recebíveis imobiliários com garantia de locação do contrato junto à GR S/A no valor de R\$ 25.000.

Além da cessão dos contratos de locação a operação possui garantia por cessão fiduciária de recebíveis e constituição de fundo de reserva. Os certificados possuem vencimentos mensais a partir de 20 de outubro de 2014 até 20 de setembro de 2019.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando mencionado de outra forma)

13.2. Emissão em 02 de fevereiro de 2015

A controlada Socicam Administração, Projetos e Representações Ltda. emitiu certificado de recebíveis imobiliários com garantia de diversos contratos de recebíveis em poder da empresa. Os certificados possuem vencimentos mensais a partir de 20 de outubro de 2019 até 22 de dezembro de 2024.

(i) Os fatores de encargos e juros de utilização para acréscimos do certificado de recebíveis imobiliários para essa emissão, é o fator de juros anual de 10,57% conforme contrato e correção mensal pelo fator índice IPCA.

13.3. Emissão em 31 de maio de 2016

A controlada Socicam Administração, Projetos e Representações Ltda. emitiu certificado de recebíveis imobiliários com garantia de diversos contratos de recebíveis em poder da empresa.

Os certificados possuem vencimentos mensais a partir de 15 de junho de 2016 até 13 de maio de 2024.

(i) Os fatores de encargos e juros de utilização para acréscimos do certificado de recebíveis imobiliários para essa emissão, é o fator de juros anual de 11,00% conforme contrato e correção mensal pelo fator índice IGPM.

13.4. Emissão em 15 de maio de 2019

A controlada Socicam Administração, Projetos e Representações Ltda. emitiu certificado de recebíveis imobiliários com garantia de diversos contratos de recebíveis em poder da empresa.

Os certificados possuem vencimentos mensais a partir de 15 de junho de 2019 até 13 de dezembro de 2026.

(i) Os fatores de encargos e juros de utilização para acréscimos do certificado de recebíveis imobiliários para essa emissão, é o fator de juros anual de 9,00% conforme contrato e correção mensal pelo fator índice IGPM.

FMFS - PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando mencionado de outra forma)

14. Salários e encargos a pagar

	Consolidado	
	2019	2018
Salários e ordenados a pagar	5.564	5.144
INSS a recolher	4.069	1.903
FGTS a recolher	815	783
IRRF sobre Folha	868	870
Provisão de férias	9.846	9.043
INSS sobre provisão de férias	2.604	2.477
FGTS sobre provisão de férias	734	684
Outros	403	318
	24.903	21.222

15. Tributos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
PIS a recolher	-	-	405	388
COFINS a recolher	-	-	2.061	1.788
IRPJ a recolher	-	-	4.077	761
CSLL a recolher	-	-	1.088	279
ISSQN a recolher	-	-	731	1.162
PIS a recolher - parcelamento	-	-	598	742
COFINS a recolher - parcelamento	-	-	2.964	3.672
ISS a recolher - parcelamento	-	-	2.596	3.301
IRPJ - parcelamento	-	-	359	485
CSLL - parcelamento	-	-	105	142
Outros	4	3	384	461
	4	3	15.368	13.181
PERT 13.496/17 (PIS)			292	328
PERT 13.496/17 (COFINS)			2.655	2.488
Total	4	3	18.315	15.997
Circulante	4	3	11.540	7.221
Não circulante	-	-	6.775	8.776

16. Obrigações com o poder concedente

A base de cálculo para as obrigações com o poder concedente está detalhada na Nota Explicativa nº 2.13.

A obrigação reconhecida no passivo circulante refere-se à contribuição variável do exercício mais os saldos assumidos pelas controladas e controladas em conjunto referente a outorga fixa na aquisição das concessões.

FMFS - PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado	
	2019	2018
Outorga variável	47.595	29.525
Outorga fixa	7.820	7.956
Ajuste a valor presente	(26.562)	(16.061)
	28.853	21.420
Circulante	2.287	3.909
Não circulante	26.566	17.511

17. Provisão para demandas judiciais

A Empresa e suas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas.

A Administração com base em informações de seus assessores jurídicos que acompanham as demandas judiciais pendentes constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas nos desfechos das ações em curso no valor de R\$ 3.270 (R\$ 3.546 em 31 de dezembro de 2018).

A Empresa e suas controladas são partes em outras ações em curso cujo risco de perda é considerado pela Administração e corroborado pelos seus assessores jurídicos responsáveis pela condução dos processos como possível e para os quais nenhuma provisão foi constituída.

18. Capital social

O capital social autorizado, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$ 27.000 e está representado por 27.000.000 cotas no valor de R\$ 1,00 (valor expresso em reais) cada.

19. Receitas líquidas

	Consolidado	
	2019	2018
Serviços de atendimentos	175.545	163.207
Taxa de embarque	79.640	80.618
Locações	71.367	65.838
Serviços ao usuário	8.727	9.776
Administração e gerenciamento	4.291	4.520
Outras receitas	3.525	1.129
Venda de imóveis	15	-
Impostos e deduções da receita	(46.309)	(39.624)
	296.801	285.464

FMFS - PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando mencionado de outra forma)

20. Custos dos serviços prestados

	Consolidado	
	2019	2018
Despesa com pessoal	(144.538)	(134.747)
Serviços prestados	(45.631)	(37.459)
Materiais	(6.366)	(5.639)
Outorga	(19.647)	(16.981)
Depreciação e amortização	(7.447)	(8.071)
IPTU	(5.430)	(5.147)
Custo de Construção	(1.564)	(313)
Outros	11.688	12.072
	(218.935)	(196.285)

21. Despesas administrativas e gerais

	Consolidadora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesa com pessoal	(616)	(542)	(22.870)	(22.377)
Serviços prestados	(305)	(604)	(13.600)	(8.481)
Materiais	-	-	(117)	(91)
IPTU	-	-	(63)	(55)
Depreciação e amortização	-	-	(1.206)	(638)
Aluguéis de Imóveis	-	-	(704)	(872)
Despesas com Viagens	-	-	(621)	(638)
Outros	(67)	(50)	(7.385)	(4.835)
	(988)	(1.196)	(46.774)	(37.987)

22. Outras receitas e despesas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Resultado na alienação de imobilizado	-	-	174	207
Resultado com investimentos	-	-	2.176	-
Recuperação de despesas (i)	-	12	15.715	11.511
Dividendos e lucros recebidos	-	-	1.664	3.326
Outros ganhos/(perdas) com participação em investimentos	-	-	(4.851)	(4.201)
Recuperação CNT	-	-	842	855
Reversão de provisão para demandas judiciais	-	-	865	1.497
Perdas com créditos incobráveis	-	-	(3.731)	(3.957)
Outras receitas e despesas	(259)	260	(1.366)	3.630
	(259)	272	11.488	12.868

(i) Refere-se à reembolso de despesas das operações com SCPs na controlada Socicam Adm. Projetos e Representações Ltda.

FMFS - PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando mencionado de outra forma)

23. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras				
Receita de aplicações financeiras	1.051	289	1.818	817
Descontos obtidos	10	-	441	588
Juros e multas recebidos	5	-	3.207	2.101
	1.066	289	5.466	3.506
Despesas financeiras				
Despesas Bancárias	(45)	(56)	(400)	(415)
Impostos e taxas sobre operações financeiras	(93)	(602)	(542)	(707)
Juros sobre empréstimos	(6.381)	(4.782)	(26.756)	(27.540)
Descontos concedidos	-	-	(523)	(1.905)
Multas por atraso e outras	(503)	(88)	(6.810)	(4.358)
	(7.022)	(5.528)	(35.031)	(34.925)
Variação cambial líquida	-	-	(2.133)	3.238
Resultado financeiro líquido	(5.956)	(5.239)	(31.698)	(28.181)

24. Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	13.465	38.709
Equivalência patrimonial	(2.583)	(2.830)
Variação cambial	2.133	(3.238)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(1.234)
Outras adições / exclusões temporárias e permanentes (i)	13.403	(3.322)
Base de cálculo Imposto de Renda e da Contribuição Social	26.418	28.085
Impostos de renda e contribuição social corrente	(10.396)	(8.749)
Imposto de renda e contribuição diferida	-	(2.722)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(10.396)	(11.471)

(i) Estão contemplados efeitos de SCPs da controlada Socicam Administração, Projetos e Representações Ltda.

25. Instrumentos financeiros e gestão de risco

A Empresa e suas controladas efetuaram uma avaliação de seus instrumentos financeiros descritos a seguir:

25.1. Gerenciamento de risco

A Empresa e suas controladas possuem operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros.

FMFS - PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando mencionado de outra forma)

A Administração destes riscos é efetuada por meio da definição de estratégias, estabelecimento de sistema de controles e determinação de limite de operação.

25.2. Risco de crédito e de realização

Estes riscos são administrados por normas específicas de análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente.

Adicionalmente há análises específicas e normas para aplicações em instituições financeiras e os tipos de investimentos ofertados no mercado financeiro.

25.3. Valor de mercado dos instrumentos financeiros

As contas de caixa e equivalentes de caixa (caixa, bancos e aplicações financeiras), saldo a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e empréstimos e financiamentos são considerados instrumentos financeiros cujos valores de mercado são coincidentes com os saldos contábeis e serão mantidos até o vencimento conforme intenção da Administração.

Em 31 de dezembro de 2019 não existiam instrumentos derivativos a serem reconhecidos a valor justo nas demonstrações contábeis.

26. Cobertura de seguros

A Administração da Empresa e de suas controladas adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos.

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros considerando a natureza de sua atividade, assim como mantêm cobertura de responsabilidade civil e dano moral a terceiros.

As premissas de risco adotadas e suas respectivas coberturas dada a sua natureza não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando mencionado de outra forma)

27. Eventos subsequentes

27.1 Covid-19

i) Resposta imediata ao impacto do Covid-19

Em 10 de março de 2020 a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) emitiu o Ofício-Circular CVM/SNC/SEP/ nº 02/2020 orientando as Companhias e seus Auditores Independentes a considerarem os impactos do COVID-19 em seus negócios e os riscos e incertezas aos quais as companhias estão expostas, em especial como eventos subsequentes para as companhias que encerram o exercício em 31 de dezembro de 2019.

Neste sentido e em resposta aos acontecimentos relacionados com a pandemia do COVID-19 no Brasil a Empresa passa a se utilizar de novas tecnologias e medidas que estão sendo adotadas em todo o mundo para proteger a população em meio à pandemia.

Como foco na segurança além de todo o compromisso social, conveniência e serviços as medidas estão sendo implantadas em todos os terminais de passageiros ao redor do Brasil e ao mesmo tempo buscamos mitigar o impacto em seus resultados financeiros e posição de liquidez.

ii) Segurança de colaboradores e usuários

Para segurança de seus usuários e colaboradores o Grupo Socicam adotou as seguintes medidas:

- I. Instalamos em São Paulo boxes neutralizadores eficazes contra bactérias e vírus ainda em fase de testes;
- II. Realizamos desinfecções e higienizações intensiva dos sanitários;
- III. Duas vezes ao dia fazemos a desinfecção das áreas de circulação dos terminais com produto homologado pela ANVISA;
- IV. As superfícies e pontos de contato são higienizados com frequência com álcool 70%;
- V. Separamos lixeiras exclusivas para o descarte de itens de proteção, como luvas, máscaras e lenços descartáveis;
- VI. Distribuímos dispositivos de álcool em gel 70% nas áreas de circulação e para todos os colaboradores;
- VII. Uso de máscara de forma contínua pelos colaboradores e uso mandatório de máscara pelos usuários durante à permanência nos terminais;
- VIII. Demarcamos o distanciamento de segurança nas filas para compra de bilhetes, *check-in* e embarque;
- IX. Mantemos distância de segurança nos assentos de espera e nas mesas das áreas de alimentação;
- X. Disponibilizamos canais digitais para compra de passagens evitando contato físico;

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando mencionado de outra forma)

- xI. Elaboramos e distribuimos cartilhas de boas práticas no combate à Covid-19 para lojistas dos terminais.

iii) Preservação de caixa e otimização da estrutura de custos

A Administração avalia constantemente a rentabilidade de suas operações e sua posição financeira atuando de maneira sólida e oportuna para se adaptar às circunstâncias em evolução desencadeadas por regulamentos governamentais e dinâmica de mercado em face da pandemia do COVID-19.

No entanto, a Administração da Empresa não exclui a possibilidade de que em um cenário de avanço do vírus especialmente no Brasil poderão ser verificados efeitos adversos nos negócios e seguirá atenta e diligente a toda e qualquer informação ou evento relacionado ao COVID-19 de forma a deixar os *stakeholders* informados acerca de mudanças de avaliação ou outros fatores que tragam efeitos relevantes aos negócios.

Cumprе salientar que a Empresa tem envidado todos os esforços para manter a adequada prestação de serviços seguindo todas as orientações da OMS e do Ministério da Saúde, tanto quanto aos seus colaboradores quanto aos usuários dos serviços públicos.

Contudo faz-se urgente a adoção de medidas voltadas a mitigar também os efeitos danosos que esta situação atípica trará para a Empresa e para as concessionárias em que a empresa detém participação.

Nesse sentido por entender fundamental ao presente momento a Empresa por meio desta vem informar as seguintes ações que estamos conduzindo junto aos *stakeholders* do Grupo Socicam objetivando atravessar este período com os menores impactos possíveis às empresas do Grupo, bem como promover a devida transparência e *disclosure* das principais ações:

- (i) Mão de obra operacional: redução de 50% na jornada de trabalho 3 (meses) em todos os estados (exceção do Terminal Urbano de Fortaleza), 100% em Campo Grande e Parques com consequente impacto e redução nos vencimentos dos colaboradores operacionais (Terminais) conforme acordo sindical;
- (ii) Mão de Obra Administrativo: redução de 25% em todo *backoffice*, implantação de banco de horas negativo e redução de 28% no VT – vale transporte conforme acordo sindical;
- (iii) Investimentos (*Capex*): foram suspensos todos os investimentos em andamento. Em relação aos serviços já prestados e faturados estamos renegociando novos prazos de pagamento. Novos investimentos também estão suspensos sem prazo definido para retomada deles;

FMFS - PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando mencionado de outra forma)

- (iv) Fornecedores de materiais e serviços: redução e revisão de novas compras visando adequar à nova realidade, bem como negociação com os fornecedores visando alongamento de prazo de pagamento;
- (v) Outorgas: postergação e diferimento do pagamento das outorgas aos respectivos poderes concedentes;
- (vi) Impostos: postergação dos impostos conforme medidas governamentais que vêm sendo anunciadas:
 - a. Postergação do FGTS e Sistema S de abril a junho;
 - b. Não recolhimento de Pis e da Cofins dos meses de abril a julho;
 - c. Postergação de IPTU's.
- (vii) Empréstimos e financiamentos (operações de capital de giro de curto prazo)
 - a. Banco do Brasil: adesão ao programa de postergação de 2 parcelas (pmts). Estamos negociando postergação de mais 1 ou 2 parcelas (pmts) adicionais;
 - b. Bradesco: negociada a postergação de 2 parcelas (pmts). Estamos negociando postergação de mais 1 ou 2 parcelas (pmts) adicionais;
 - c. BRP: negociado a postergação de 2 parcelas (pmts). Estamos negociando postergação de mais 1 ou 2 parcelas (pmts) adicionais;
 - d. ABC: negociado a postergação de 2 parcelas (pmts). Estamos negociando postergação de mais 1 ou 2 parcelas (pmts) adicionais.
- (viii) Empréstimos e financiamentos (operações estruturadas de longo prazo)
 - a. Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI): negociado a postergação dos pagamentos de:
 - (a) 5 parcelas mensais (pmts) de 1 Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI III);
 - (b) 3 parcelas mensais (pmts) de 2 Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI IV e CRI V);
 - b. *Debêntures*: negociado a postergação dos pagamentos de 3 parcelas mensais (pmts) da 1ª Emissão de *Debêntures* da Infra6 S.A.;
 - c. CCB Estruturada: negociado a postergação dos pagamentos de 3 parcelas mensais (pmts) da 1ª CCB Estruturada da FMFS.

Nas negociações acima foram acordadas as suspensões temporárias de todas as obrigações pecuniárias das empresas e dos fiadores das emissões assumidas no âmbito dos documentos das Emissões;

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando mencionado de outra forma)

(ix) Captação de novas linhas de crédito

- a. Banco Ribeirão Preto – R\$ 10 milhões em março (já realizado);
- b. Caixa Econômica Federal – R\$ 10 milhões em março (já realizado);
- c. Banco do Brasil – R\$ 5,3 milhões em abril (já realizado);
- d. Banco do Brasil – R\$ 4,4 milhões em abril (já realizado);
- e. Caixa Econômica Federal – R\$ 20 milhões em maio (em análise).

Todas as ações estão sendo orientadas por determinações recentes das entidades e órgãos governamentais sejam eles em âmbito federal, estadual ou municipal.

Além disso todas as ações acima visam a preservação do caixa neste momento de grande incerteza, bem como garantir a perenidade e saúde financeira das empresas do Grupo Socicam.

Ademais, nos cumpre informar que as empresas já implementaram um plano de contingências para manter suas operações em andamento e inclusive já possui suporte financeiro dos bancos com os quais trabalha usualmente para tratar eventuais contingências financeiras que possam ocorrer no período em epígrafe.

Estamos confiantes que a Empresa se encontra preparada para enfrentar as dificuldades impostas neste momento e contamos com sua colaboração para tanto.

27.2 Novos contratos: Centro Comercial do Brás e Aeroporto de Chapecó

a) Centro Comercial do Brás

A controlada Socicam Administração, Projetos e Representações Ltda. está com negociações avançadas na Concessão de uso de área comercial da Estação do Brás para exploração comercial integrada de lojas e espaços da CPTM mediante remuneração com encargos de planejamento, reforma, implantação e gerenciamento incluídas todas as despesas de administração, conservação, manutenção e vigilância da área comercial.

Esta concessão possui uma área total para exploração de 1.387,83m², sendo 750,00m² do Metrô e 637,83m² da CPTM. O prazo é de 30 anos com outorga mínima de R\$ 478 e investimento previsto de R\$ 1.400.

b) Aeroporto de Chapecó

A controlada Socicam Administração, Projetos e Representações Ltda. está com negociações avançadas na Concessão para expansão, exploração e manutenção do Aeroporto Municipal Serafim Enoss Bertaso com prazo de 30 anos e valor de contrato de R\$ 614.073.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando mencionado de outra forma)

27.3 Renegociações de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)

Os Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") foram emitidos pela REIT Securitizadora de Recebíveis Imobiliários S.A ("Securitizadora") da seguinte forma:

- (i) CRI III 2ª emissão - 5ª séries e aprovadas em 02/02/2015;
- (ii) CRI IV 2ª emissão, 8ª e 9ª séries e aprovadas em 23/05/2016;
- (iii) CRI V 2ª emissão 18ª e 19ª séries e aprovadas em 30/04/2019.

As parcelas (PMT – Parcelas a Serem Pagas) dos Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") são corrigidas pelos indexadores:

- IGP-M (Índices Geral de Preços do Mercado) para os CRI IV e V;
- IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) para o CRI III, sendo que as datas de encerramento estão representadas da seguinte forma:

- (i) CRI III 2ª emissão - 5ª séries – vencimento 20/10/2024;
- (ii) CRI IV 2ª emissão, 8ª e 9ª séries – vencimento 15/05/2024;
- (iii) CRI V 2ª emissão 18ª e 19ª séries – vencimento 15/12/2026.

Foram aprovadas em Assembleia com os agentes fiduciários as prorrogações das parcelas vencidas dos CRI's (Certificados de Recebíveis Imobiliários) da seguinte forma:

- (i) CRI III 2ª emissão - 5ª séries – aprovado 5 meses de postergação (junho, julho, agosto, setembro e outubro);
- (ii) CRI IV 2ª emissão, 8ª e 9ª séries – aprovado 3 meses de postergação (junho, julho e agosto);
- (iii) CRI V 2ª emissão 18ª e 19ª séries – aprovado 3 meses de postergação (junho, julho e agosto).